

O novo sindicalismo em diferentes feições: ABC paulista, Minas Gerais e a Grande Belo Horizonte

João Alfredo Costa de Campos Melo Júnior*

Resumo

Este trabalho intenciona discutir as feições do novo sindicalismo no ABC paulista, em Minas Gerais e na Grande Belo Horizonte. Para tal, procura reconstituir a trajetória do movimento sindical e político, mostrando as diferentes matrizes históricas formadoras.

Palavras-chave: Novo sindicalismo; Sindicatos; Ações coletivas; Belo Horizonte.

O golpe militar de 1964 e o movimento sindical são objetos de estudo que despertam interesses variados em pesquisadores, assim como em leitores ávidos por informações de um período histórico instigante e que gera a curiosidade de um público não especializado.

Existem pelo menos quatro hipóteses de trabalho que norteiam a produção sobre o período militar, o novo sindicalismo e a redemocratização.¹ Uma vertente analisa somente os sindicatos, concebendo-os como importantes atores políticos e sociais. Uma segunda concepção discute o movimento sindical e suas relações com o Estado, apresentando os caminhos de inserção num contexto social, político e econômico mais amplo. A terceira corrente paradigmática enfatiza a idéia de luta de classes, destacando o confronto entre a classe trabalhadora e o Estado. Finalmente, a última, mas não menos importante linha, volta-se para uma sociologia econômica e do direito, encarando o movimento sindical como uma forma de ação coletiva inserida num contexto econômico e de direito.

* Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor de Teoria e Historiografia da História e História das Idéias Políticas do Departamento de História do Centro Universitário UNA.

¹ A proposta de se dividir as análises sobre o novo sindicalismo em quatro frentes serviu para nortear as análises teóricas deste artigo. Dessa forma, é possível encaixar Leôncio Martins, entre outros, na vertente que se preocupa analiticamente com o movimento sindical. Na segunda linha de interpretação é colocado, entre outros, Iram Jácome Rodrigues. Na perspectiva de origem marxista encontra-se Ricardo Antunes, entre outros, e na quarta e última linha inserem-se Eduardo Noronha e outros.

O golpe militar de 1964 trouxe mudanças significativas para a vida associativa dos sindicatos brasileiros, eliminando quaisquer vestígios de participação política, já bastante comprometida pela tradição populista que imperava no movimento sindical nacional. Os prejuízos causados com a subida dos militares foram incalculáveis.

Leôncio Rodrigues Martins, que pode ser encaixado confortavelmente na primeira perspectiva, levanta uma suposição controversa ao dizer que nos momentos iniciais do período ditatorial militar aconteceu um esvaziamento dos atores políticos de oposição ao golpe, configurando-se apenas duas forças opositoras.² Entretanto, é o próprio Rodrigues (1991) que relativiza sua afirmação, mencionando que seria uma completa imprecisão afirmar que os demais movimentos sociais desapareceram ao ponto de entrar em processo de extinção. O autor mostra que houve uma retirada estratégica para que pudessem se fortalecer para a árdua batalha anunciada:

Com o campo político esvaído pela luta entre as Forças Armadas e a guerrilha, todos os demais atores, se não desapareceram, retiraram-se para os bastidores, aguardando melhores tempos. Paradoxalmente, a derrota da guerrilha, que fez das Forças Armadas o grande vencedor, minou as bases que justificavam e legitimavam o poder militar. Desaparecida a guerrilha, para usarmos um jargão da esquerda, reapareceu o movimento de massas. (RODRIGUES, 1991, p. 13)

Para o autor, a oposição ao golpe militar concentrou-se simbolicamente no movimento estudantil organizado. Pretendendo marcar território, as forças estudantis opositoras empenharam-se na construção de um projeto alternativo e de destruição do regime. Para tal, contaram com o apoio de diversas forças políticas aglutinadas em torno de um objetivo comum. Se, por um lado, o movimento estudantil fortaleceu-se, por outro, condensar com outros movimentos sociais foi seu ponto de desequilíbrio. Polemizando, Leôncio Martins argumenta que o declínio estudantil, como força oposta ao regime militar, ocorreu com a promulgação do Ato Institucional n. 5, em dezembro de 1968.³

² Leôncio Rodrigues Martins (1991) argumenta que, no período imediatamente posterior à decretação do golpe militar de 1964, era possível visualizar apenas dois atores políticos: as forças militares e o movimento estudantil.

³ O AI-5 foi promulgado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva e perdurou até dezembro de 1978. Entre seus dispositivos era permitido ao executivo federal, independente de qualquer ação judicial em contrário, decretar recesso do Congresso Nacional e outros órgãos legislativos, intervir nos Estados e municípios sem as limitações previstas pela Constituição, suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão, decretar o confisco de bens de todos aqueles que tivessem enriquecido ilegalmente, suspender a garantia de *habeas corpus*, entre outros termos. Em suma, o Ato Institucional n. 5 foi o retrato mais duro do regime militar (1964-1985), concedendo poder de exceção aos presidentes militares, para que pudessem punir arbitrariamente todos que fossem declarados inimigos do regime.

A promulgação do dispositivo fez com que muitas lideranças estudantis⁴ se vinculassem à luta armada clandestina. O autor apresenta dados que comprovam sua hipótese. Segundo ele, num total de militantes mortos pelos órgãos de repressão, aproximadamente 39% eram de estudantes que aderiram à luta armada. Acrescenta que, na composição das guerrilhas urbanas e rurais entre 1960 e 1970, o contingente de estudantes era alto (RODRIGUES, 1991).⁵

Seria inviável retratar a movimentação sindical independente de suas relações políticas, sociais e econômicas. De acordo com essa interpretação, o movimento sindical foi eleito, entre outros, como opositor do sistema, por isso passível de ser controlado através de restrições nas entidades.

Houve uma intensa eliminação de dirigentes contrários aos rumos tomados pelos sindicatos. Em seus lugares, interventores nomeados pelo governo federal integravam as diretorias dos sindicatos, coadunando com as diretrizes impostas de cima para baixo pelo Ministério do Trabalho.⁶ Schürmann (1998), outra autora que se preocupa exclusivamente com os sindicatos e por isso pode ser enquadrada na opção de número um, mostra o que se seguiu ao desmantelamento dos sindicatos:

Esse desmantelamento inicial foi seguido de violenta repressão, desencadeada em 1968, após os movimentos de Contagem e Osasco, que tentaram reverter o quadro do imobilismo e acomodação do movimento sindical. Foi o prenúncio do endurecimento que resultou na exclusão dos sindicatos do cenário político brasileiro. (SCHÜRMAN, 1998, p. 27)

Noronha (1991), que analisa o movimento sindical e principalmente suas greves, procura, inspirado por Charles Tilly, ligar os sindicatos a um contexto

⁴ Para um maior entendimento da geração estudantil da década de 1970, ver Martins Filho (1997).

⁵ Analisando a “geração estudantil” do final da década de 1970, Martins Filho (1997) aponta diferenças substanciais entre esse movimento e o ocorrido em 1968. Apesar de seus caminhos se cruzarem, as duas gerações pautaram-se por trajetórias distintas e algumas vezes antagônicas. A participação dos estudantes no cenário político brasileiro nos anos 1970 foi bem menor do que a da geração anterior. O percentual de alunos matriculados nos cursos superiores era mais elevado do que em 1968. O autor explica que os estudantes de cada geração pertenciam a estratos sociais diferentes, culminando em outras “formas de produção cultural”. Num quadro mais geral, entre 1964 e 1968, não é possível falar de um movimento estudantil amplo e de massa e muito menos tecer qualquer proximidade com a militância partidária. Normalmente, as aproximações políticas e ideológicas aconteciam em função da inserção do estudante em seu grupo social e de origem. Já a geração de estudantes de 1970 a 1978/80 empreendeu uma aproximação mais profunda e eficaz com a militância partidária organizada, estabelecendo contatos e projetos comuns (MARTINS FILHO, 1991).

⁶ Entre as novas normatizações impostas pelo Ministério do Trabalho, destacam-se a completa extinção das centrais sindicais e as intervenções do órgão governamental nos sindicatos. A ação do ministério foi contundente: 70% das entidades com mais de 5.000 membros sentiram o peso da mão intervencionista do governo; 38% com filiação até 5.000 associados também sofreram com intervenções; apenas 19% dos sindicatos menores e com baixo índice de filiação foram alvos da ação ministerial (SCHÜRMAN, 1998).

econômico e de direitos mais amplos e mostrar que as associações que não tiveram suas portas e atividades sumariamente fechadas foram transformadas em prestadoras de serviços meramente assistencialistas. Em sua maioria, eram disponibilizados atendimentos médicos, odontológicos e algumas vezes jurídicos. Os sindicatos passam a ter naquele momento uma nova função, em detrimento da defesa corporativa e salarial de seus filiados (NORONHA, 1991).

O ano de 1968 é marcado pelo recrudescimento do regime militar com a promulgação do AI-5, que reprimiu duramente o movimento sindical organizado, expurgando vários dirigentes do cenário político. Todavia, a ação governamental foi voltada contra as lideranças, preservando toda a infra-estrutura das instituições, incluindo a contribuição sindical (NORONHA, 1991).

Paradoxalmente, as diretrizes do AI-5, em vez de silenciarem definitivamente o sindicalismo brasileiro, arrefeceram o ânimo e o movimento de oposição dos trabalhadores. As primeiras manifestações contrárias ao regime ocorreram em Contagem e Osasco. As duas cidades, uma mineira e a outra paulista, tornaram-se palco de greves energicamente reprimidas pelo governo federal. A realização dessas duas greves revelou que a estratégia do executivo em minar apenas as mais importantes lideranças sindicais com seu aparato de repressão, deixando intacta a estrutura sindical populista, era falha e equivocada. Com o aparecimento de líderes sindicais mais “combativos”, o poderio logístico dos sindicatos foi revertido para o financiamento de greves, bem como para publicações operárias, cursos de formação, palestras e outras atividades políticas e sindicais (RODRIGUES, 1991).

O fenômeno de massas conhecido como novo sindicalismo⁷ teve uma trajetória linear e impactante na vida político-associativa brasileira em fins da década de 1970 e começo de 1980. A evolução da práxis sindical foi talvez a principal virtude do movimento de 1978.

O novo sindicalismo surgiu no Brasil em fins dos anos 1970, rompendo com as amarras burocráticas e clientelistas do sindicalismo populista que prevalecia antes do golpe militar de 1964. A literatura especializada sobre o sindicalismo pós-70 aponta que os sindicatos, de maneira geral, assumiram uma política de confronto com as autoridades patronais no interior da empresa e na sociedade.

⁷ Segundo Mangabeira (1993), o novo sindicalismo promoveu relações mais democráticas entre as lideranças e as bases e representou uma ruptura com a cidadania do período getulista ao estender os direitos trabalhistas e colocar o operário e o movimento sindical organizado num lugar de destaque no cenário nacional.

Normalmente, as demandas dos atores sindicais extrapolavam o cotidiano fabril, perpassando por questões de moradia, condições de vida e ampliação da cidadania. No entanto, as ações imediatamente visíveis do movimento foram as greves e a luta pela reposição salarial.⁸

O momento especial deu-se na campanha salarial de 1977, capitaneada no ABC pela Oposição Metalúrgica, que esteve à frente de um grande número de paralisações em 1977 e 1978. Sader (1988) mostra que o novo sindicalismo se beneficiou em larga medida da abertura política que se iniciou no governo Geisel (1974-1979) e prosseguiu no governo Figueiredo (1980-1985). Porém, isso não quer dizer que houve apatia e acomodação, pelo contrário, os sindicatos extrapolaram as possibilidades do período de distensão política, transformando-se em legítimos defensores dos interesses dos trabalhadores. Segundo Sader (1988), os operários tornaram-se, pela voz de seus sindicatos, cidadãos de fato respeitáveis, que exigiam dignidade junto ao governo e aos dirigentes do país.

Considerado por muitos autores como um dos principais movimentos sociais do período de transição política pelo qual passava a sociedade brasileira,⁹ o novo sindicalismo foi o segundo momento mais importante do processo de redemocratização. Rodrigues (1999) afirma que o primeiro e mais importante foi a expressiva vitória eleitoral obtida em 1974 pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro), partido da oposição concedida, na região centro-sul do país.

Sobre o mesmo momento, têm-se duas posições distintas. De um lado, Iram Jácome Rodrigues mostra perfeitamente a relação entre o movimento sindical organizado e o Estado; e, de outro, Ricardo Antunes centra-se na fórmula marxista da luta de classes.

⁸ Para Rodrigues (1999, p. 77), “a greve não foi o único canal de manifestação desses segmentos (os chamados ‘movimentos sociais’ e as campanhas das diretas já são outro exemplo), mas certamente a forma mais duradoura e talvez eficaz de expressão de descontentamento social e político”.

⁹ Noronha (1992) enfatiza o somatório de algumas características da transição política e do movimento sindical. Num contexto de crise econômica, evidencia-se o potencial conflitivo e de desentendimento dos atores sociais envolvidos. O autor afirma que a transição lenta, gradual e pactuada pela direita excluiu segmentos populares e operários que se tornaram a base da reinvenção sindical no país. Por outra perspectiva, acrescenta Noronha (1992), os atores sindicais não conseguiram superar a dicotomia entre a renovação das lideranças e o aumento de sua capacidade de ação, associado à velha estrutura legislativa sindical. Todo esse imbricado processo aconteceu num contexto de incerteza econômica que evidenciava substancialmente a crise distributiva existente: “A transição brasileira se deu, de fato, através de um pacto das elites (como salienta O’Donnell), mas sob eleições (como relativiza Lamounier) e, do ponto de vista das relações de trabalho, sob greves – o que definiu, tal como calendário eleitoral, diferentes possibilidades no pacto das elites e na composição das oposições” (NORONHA, 1992, p. 40).

O primeiro acredita que o crescimento oposicionista no processo eleitoral de 1974 foi surpreendente e inusitado para o momento de exceção política que vivia o Brasil. De certo modo, o episódio revelou o início da reação de setores oposicionistas à ditadura militar. Por outro lado, admite Rodrigues (1999), o movimento serviu para mapear as condições reais das organizações da sociedade civil, bem como apontar os caminhos da oposição, que se articulavam lentamente. A incipiente abertura desencadeou vários e diferentes acontecimentos contrários ao regime.

Num outro plano, as impressões de Antunes (1988) mostram que a tímida (re)organização sindical aconteceu em setembro de 1978, num congresso na cidade paulista de São Bernardo do Campo. Lá foi traçado um perfil completo das atividades sindicais nacionais, entre elas: contrato coletivo de trabalho; liberdade sindical e uma lei básica do trabalho que complementasse seus direitos fundamentais.

Embora possa parecer que os dois movimentos não possuem qualquer semelhança, a dependência entre eles era enorme. Os acontecimentos de 1974, de certa forma, influenciaram positivamente os trabalhadores, que se sentiram mais seguros para se organizar em associações e sindicatos. As críticas feitas pelos metalúrgicos eram inspiradas, em grande medida, nas realizadas pelos militantes do MDB em torno de alguns pilares como: a política econômica do governo militar, a luta contra os baixos salários, pelo direito à greve, pela negociação direta com o patronato sem interferência do Estado, pela autonomia e liberdade sindical (RODRIGUES, 1999).

Jácome Rodrigues ressalta que foi necessária a redefinição do papel dos sindicatos para que pudessem proporcionar aos trabalhadores melhores condições de subsistência e trabalho. Para o autor, a classe operária carecia ainda de uma identidade coletiva, para conquistar espaços de intervenção na esfera pública.

Segundo o autor, o novo sindicalismo adquiriu contornos próprios e a classe operária ganhou uma identidade coletiva quando foram criados o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Representativa, em alguma medida, das aspirações trabalhistas por direitos sociais, políticos e econômicos, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) nasceu defendendo um lugar para os trabalhadores na sociedade brasileira. Com forte presença na sociedade civil, essa corrente sindical tem tido importante papel na condução das demandas de amplos setores assalariados e trouxe para a esfera pública temas que antes não tinham na agenda política. (RODRIGUES, 1999, p. 77)

A estruturação da institucionalidade operária, inaugurada com o novo sindicalismo, não se restringia ao universo específico dos sindicatos. Os espaços de atuação ganhavam outra dimensão, possibilitando o desenvolvimento de outras potencialidades e perfis até então desconhecidos ou negligenciados pelos atores sindicais.

Certamente, os limites estabelecidos anteriormente não mais serviram como referência para o novo sindicalismo. Daquele momento em diante, as lideranças sindicais passaram a atuar numa área de abrangência maior, portanto menos definida. Extrapolaram as fronteiras classistas, conquistando novas frentes e possibilidades no cenário político nacional.¹⁰

O deslocamento de atitude não era somente físico, mas sobretudo político-partidário:

Neste caso, contrastado flagrantemente pela coincidência de duas situações. Ou seja, ao mesmo tempo em que, de um lado, as mobilizações refluíam, do outro, as lideranças do novo sindicalismo, embaladas pelo crescente desgaste político do regime e pelo acirramento das disputas sobre os rumos da 'transição', lançavam-se em um frenético ciclo, seja de articulações partidárias (visando consolidar o PT como projeto alternativo), seja de articulações intersindicais, quando se assumem como bloco combativo. (OLIVEIRA, 2002, p. 132)

Ora, é perfeitamente dedutível a entrada de um novo público no cenário de relacionamento dos sindicatos. A diversificação era notória e compreensível, uma vez que o novo sindicalismo propõe uma nova agenda, que incluía militantes partidários, agentes pastorais e religiosos, movimentos de bairro, entre outras categorias sociais.¹¹ O engajamento em novas frentes exigia, algumas vezes, posicionamentos mais radicais, que contrastavam com opiniões mais brandas, “vacilantes”, “conciliadoras” e “moderadas”, assumidas por segmentos da própria esquerda e consideradas reformistas (OLIVEIRA, 2002).

A posição defendida por Blass (1999) vai ao encontro das enfocadas por Rodrigues (1999), Neves (1999, 1996), Noronha (1992), Lima (1999), Oliveira (2002), entre outros pensadores que discutem o movimento sindical. Argumenta a autora que o novo sindicalismo permitiu uma nova institucionalização dos sindicatos, que extrapolava os muros das fábricas.

¹⁰ Oliveira (2002) destaca que o novo sindicalismo permitiu que as lideranças sindicais e seus sindicatos representativos partissem de suas experiências de origem, centradas nas lutas trabalhistas, para outras mais amplas, voltadas à política partidária nacional. Como o exemplo mais representativo desse momento, ele lembra o nome de Lula, líder sindical que despontou com o novo sindicalismo e tornou-se o símbolo incontestável das lutas operárias e políticas, tanto no ABC quanto no cenário político-partidário brasileiro (OLIVEIRA, 2002).

¹¹ Sobre as parcerias dos atores sindicais, ver, entre outros, Sader (1988), Kowarick (2000), Moisés (1982).

Tais mudanças podem ser visualizadas através das manifestações operárias e sindicais, cujas reivindicações procuravam unificar lutas classistas com interesses mais gerais de cidadania. Assim, os sindicatos começam a se firmar como importantes instituições representativas no cenário político brasileiro.

Nesse processo, os sindicatos, enquanto instituição, transformam-se em referência política para os trabalhadores e seus representantes passam a ser reconhecidos como interlocutores políticos válidos pelo patronato e pelo Estado (...). A maior parte das mobilizações e movimentos que ocorrem no Brasil, em fins dos anos 70 e início da década de 80, traz estas características. (BLASS, 1999, p. 35)

Neves (1999), seguindo a tradição de Leôncio Martins, aponta três aspectos que marcaram a mudança de postura sindical com o advento do novo sindicalismo. O primeiro é o rompimento com a estrutura oficial, corporativista e burocrática dos antigos sindicatos. Assim, o sistema getulista passou a ser duramente questionado pela nascente política sindical. A proposta de uma concepção alternativa refletia-se basicamente no desejo empedernido de autonomia sindical, no anseio pela livre organização das entidades sem interferências externas e na vontade incontida de promoverem a livre negociação por ramo de atividade.

Um segundo aspecto corresponde diretamente ao cotidiano fabril: a organização no interior das empresas e por local de trabalho, com o objetivo de resguardar o trabalhador dos eventuais problemas que aconteciam na linha de montagem, como precarização dos serviços, exploração da mão-de-obra, péssimas condições de trabalho, salários aviltantes. Ao propor esse tipo de organização, os sindicatos pleiteavam conter, ou pelo menos diminuir, a avalanche de conflitos entre o capital e o trabalho.

A terceira e última hipótese levantada por Neves (1999) vai ao encontro das posições de Jácome Rodrigues sobre a ampliação da luta sindical em demandas maiores, com profunda inserção democrática e cidadã. O novo sindicalismo pautou-se, desde sua gestação, por uma atuação que extrapolasse o mundo fabril, marcando presença integral na vida política e social do país. Por isso, segundo Rodrigues (1997), os sindicatos, de uma maneira ou de outra, conseguiram interferir positivamente na conquista democrática.¹²

¹² Lembrando Tavares de Almeida (1983, p. 203): "(...) traduzia em demandas por maior autonomia o anseio profundo de afirmação de uma identidade operária, forjada na experiência do degredo político e de uma cidadania social de segunda classe, que convivia com o florescimento de uma sociedade de consumo. (...) apesar de minoritário, em termos do número de entidades sindicais que aglutinava, o novo sindicalismo chegou a ser predominante no que respeita à definição dos temas e ênfase nas plataformas do movimento sindical durante pelo menos três anos".

É evidente que o revigoramento sindical do final da década de 1970 acirrou os conflitos operários, refletidos principalmente na ascensão do movimento grevista no país. Depois de um longo período sem nenhum tipo de movimentação por parte dos sindicatos, os trabalhadores ressurgiram com ânimo e disposição renovados, alcançando conquistas históricas em fins dos anos 1970 e na década de 1980. Apesar de ter se transformado no mais conhecido instrumento de batalha, a greve não foi a única estratégia utilizada pelos operários e sindicatos, mas, sem dúvida alguma, foi a mais duradoura e eficaz arma utilizada pelos sindicatos de trabalhadores.¹³

Uma das marcas do novo sindicalismo foi a articulação da massa trabalhadora, seja no interior das fábricas, seja na sociedade. O movimento conseguiu conquistar o espaço do trabalhador no centro das decisões políticas do país. Mas sua completa inserção no cenário político brasileiro não foi fácil nem amena, teve de passar pelo confronto com diferentes forças políticas, como a burguesia industrial, a sociedade, a justiça militar e o Estado. Com certeza, as greves foram as principais armas de ataque do novo sindicalismo.

O novo sindicalismo e as greves

Pensar o novo sindicalismo sem mencionar as greves seria impossível. O novo sindicalismo e as greves são mais do que formas sinônimas, uma não existe sem a outra, uma é o necessário complemento da outra. Assim, a parte final deste tópico será dedicada a essa manifestação operária em sociedade.

Existem muitos estudos sobre as greves, com diferentes linhas de abordagem. Alguns caminham pela seara marxista, enfocando a luta de classes e a greve como seu resultado; outros pensam as greves a partir de uma perspectiva cultural. Uns trabalham pelo viés psicológico, enquanto a quarta linha teórica tenta imaginar as greves como capazes de transformar a realidade social, política e econômica do país. É nessa perspectiva que se alinham as teses de Eduardo Noronha.

¹³ Três frentes teóricas, além das tradicionais, discutem o ressurgimento do movimento sindical. A primeira linha mostra que, na verdade, tal ressurgimento foi uma decorrência natural da exploração a que os trabalhadores brasileiros estavam submetidos. A segunda mostra que a reação operária, através das greves, era uma forma de resistência ao processo de trabalho capitalista. Por fim, a terceira abordagem mostra que o período é marcado pelo discurso da dignidade (RODRIGUES, 1997). Em outras palavras, os atos foram todos realizados em nome da dignidade operária contra a miséria, a superexploração e a opressão a que os operários brasileiros estavam submetidos no chão da fábrica e na sociedade. Demandavam conquistas básicas de cidadania, na luta pela ampliação dos direitos políticos, econômicos e sociais na sociedade e no interior das empresas (RODRIGUES, 1997).

As teorias de Noronha (1991 e 1992) sobre as greves no período de redemocratização são referências para os que estudam o movimento sindical recente. Seguindo a trilha deixada por Charles Tilly, o autor apresenta os atos grevistas como ações coletivas de impacto na sociedade e na própria classe operária.

Ao tentar mapear a evolução dos conflitos trabalhistas no Brasil das últimas décadas, Eduardo Noronha admite a possibilidade de três etapas sucessórias: o primeiro momento, entre 1964 e 1977, o segundo entre 1978 e 1984 e, finalmente, o último período, de 1985 a 1989.

Cada uma dessas fases corresponde simultaneamente a um determinado volume de greves, a uma forma de relação entre sindicatos e governo, a níveis diversos de consolidação sindical e a estratégias diferenciadas de ação, sendo todas elas clara e evidentemente marcadas pelos principais momentos de transformação política brasileira. (NORONHA, 1991, p. 102)

O autor subdivide a primeira fase, de 1964 a 1977, em três partes, que, de certa maneira, se complementam e se sobrepõem.¹⁴ O momento inicial acontece com o golpe militar de 1964 e é reafirmado em dezembro de 1968 com o AI-5. Afirma o autor que o período representou a total exclusão dos sindicatos do cenário político brasileiro. As perseguições ocorreram em três frentes: repressão às greves e às lideranças sindicais,¹⁵ controle dos reajustes salariais e das negociações coletivas.

Por seu turno, o governo militar alterou a antiga fórmula populista, que se assentava no binômio controle/incorporação, substituindo-a pelo polinômio repressão/exclusão (NORONHA, 1991). A mudança de orientação governamental promoverá a desarticulação dos sindicatos e de seu poder de cooptação das massas trabalhadoras.

¹⁴ Noronha (1991) subdivide esse período por compreender que, entre 1964 e 1977, houve três diferentes mecanismos de exclusão dos trabalhadores do cenário político nacional.

¹⁵ O autor frisa que as perseguições governamentais eram voltadas exclusivamente para as lideranças sindicais mais proeminentes, preservando a integralidade da estrutura sindical populista. O imposto ou a contribuição sindical, importante recurso utilizado pelo sindicalismo assistencialista, foi mantido inalterado (NORONHA, 1991). Quando aponta a dicotomia controle-incorporação/repressão-exclusão, ele quer dizer que até 1964 os governos populistas utilizavam como estratégia a aproximação dos movimentos sindicais, no intuito de vigiá-los. A artimanha governamental era cooptar as lideranças sindicais, incorporando-as em cargos burocráticos e em agências estatais controladas pelo governo federal. Posteriormente ao golpe militar de 1964, a forma de controle foi mais coercitiva: os militares utilizaram instrumentos repressivos contidos na legislação sindical. Percebem-se, então, dois momentos antagônicos da relação entre governo e movimento operário e sindical (NORONHA, 1991).

Ora, o reflexo imediato foi na baixa perspectiva de renovação das lideranças sindicais. Todavia, se renovadas, passariam a agir em consonância com o governo, assumindo atitudes passivas e assistencialistas, com baixo índice de mobilização e um inabalável apoio às políticas governamentais (NORONHA, 1991).

A segunda etapa, de 1978 a 1984, apresentada sob o título de “A cidadania política através de demandas econômicas”, é marcada pela recuperação das funções básicas e originais dos sindicatos, ou seja, pela defesa corporativista e salarial, encaradas como meios de reconquistar a cidadania operária perdida.

Segundo Tavares de Almeida (1996), os sindicatos elegeram como escopo a política salarial dos governos ditatoriais e o rigoroso controle governamental sobre as associações de trabalhadores.¹⁶ Demandavam negociação coletiva livre e direta, autonomia sindical, direito à greve, reivindicações que serviram de combustível para o novo sindicalismo no final dos anos 1970.

Contudo, o período em questão pode ser dividido em três etapas diferentes: a primeira marcada pelo retorno de várias e importantes greves, na sua maioria circunscritas ao setor privado. Seus efeitos em longo prazo, salienta Noronha (1991), foram as definições de traços comuns que marcaram o início da eclosão grevista em solo nacional. Um segundo momento, de 1980 a 1982, é caracterizado pela diminuição do percentual de greves.

Com efeito, a década de 1980 marca a retração do ímpeto grevista dos sindicatos operários. A causa, alerta Noronha (1991), tem sua origem nos problemas estruturais, como, por exemplo, os econômicos.¹⁷ Um terceiro momento, de 1983 a 1984, traz a retomada das greves no setor privado, que se estenderam lentamente para o setor público.

A última etapa arrolada pelo autor vai de 1985 a 1989, momento em que os conflitos trabalhistas se acirram, colocando em evidência a figura do dirigente sindical. Esse período foi marcado pela enorme quantidade de greves e

¹⁶ Segundo Tavares de Almeida (1996), o rígido controle que o governo militar exercia sobre a vida associativa de modo geral ancorava-se nos dispositivos repressivos da Consolidação das Leis Trabalhistas. A CLT foi criada e promulgada em 1943 pelo então presidente Getúlio Vargas, na tentativa de controlar as ações sindicais, submetendo as entidades ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e evitando, assim, qualquer foco de tensão classista.

¹⁷ Noronha diz que a década de 1980 “é marcada pela retração do movimento grevista em função de particulares alterações políticas e econômicas: o início do período recessivo, a instabilidade do processo de transição e o aumento das reações governamentais e empresariais às pressões sindicais” (1991, p. 103).

manifestações operárias, atingindo categorias consideradas pacíficas e alheias a movimentos de tal natureza (NORONHA, 1991).

Através das pressões políticas, foram consolidados o direito à greve e seus dispositivos legais. Noronha (1991), ao analisar as transformações jurídicas advindas das greves, mostra uma substancial alteração no direito sindical. Entre 1978 e 1984, o direito à greve era considerado como a única forma de defender os interesses dos trabalhadores. A radicalização das greves causava mal-estar aos empresários, ao governo e aos próprios trabalhadores. Já por volta de 1985, a relação concentra-se entre os sindicatos e os empresários (NORONHA, 1991).

A luta pela cidadania operária adquiriu novos contornos, que possibilitaram a descoberta e a utilização de novos mecanismos de inserção social para a classe que vive do trabalho.¹⁸

A passagem do confronto para a interlocução com o governo e com os empresários revelou o amadurecimento das instituições sindicais e de trabalhadores ao longo dos anos. Todavia, em momento algum houve abrandamento dos conflitos classistas. Os sindicatos continuaram defendendo os interesses de seus associados através de demandas trabalhistas.

A prova cabal é a manutenção das greves em 1985. O conflito entre trabalhadores e patrões alcançou uma visibilidade social que lembrava os embates do final dos anos 1970 (NORONHA, 1991). Mas o movimento grevista de 1985 não tinha o mesmo peso e impacto das manifestações trabalhistas da década anterior, talvez porque seu anseio era extravasar demandas contidas desde 1980, ano em que o movimento sindical grevista encontrava-se ameaçado pelo iminente risco de desemprego originado das sucessivas crises econômicas (NORONHA, 1991).

Todavia, o período não pode ser considerado totalmente obscuro e perdido para o movimento sindical brasileiro. Seria uma incongruência pensar e agir por esse prisma. Com todas as dificuldades encontradas pelo caminho, os trabalhadores conseguiram organizar duas importantes centrais sindicais,¹⁹ ampliando sua base de sustentação e pressão junto à sociedade.

¹⁸ “A partir de 1985 passa a se dar fundamentalmente entre cada sindicato (ou associação profissional) de empregados e as empresas ou os sindicatos profissionais (...). Se nos anos anteriores os trabalhadores readquiriram a cidadania política pela sua capacidade de pressão, não legitimada pelo Estado, nesses anos sua liderança adquire o status de interlocutor válido do governo e, nesse processo, as estratégias da CUT e da CGT passam a se diferenciar também pela forma como valorizam essa nova relação com o Estado” (NORONHA, 1991, p. 113).

¹⁹ A proposta de se organizar uma central sindical no Brasil ganhou força em 1977, quando os empresários lançaram a Conferência Nacional das Classes Produtoras (Conclap), com o claro objetivo de se unir frente às demandas do mercado internacional. Interessados também em se fortalecer, os trabalhadores promovem

O aumento do percentual de greves foi pequeno em 1984 e 1985, o que de certa forma tornou difícil consolidar um movimento de trabalhadores homogêneo na sua integralidade. Todavia, traçar um paralelo entre o aumento insignificante do número de greves e a ausência de manifestações operárias e sindicais seria uma imprecisão teórica grotesca. Ao contrário, expõe Noronha (1991), o período é marcado por movimentações reivindicatórias impulsionadas pelos sindicatos de trabalhadores. Na verdade, as manifestações grevistas tornaram-se mais visíveis e com duração prolongada, quando comparadas às do ano anterior.

No decorrer de 1985, segundo Noronha (1991), houve um vertiginoso aumento dos atos grevistas, quando comparados com 1984: de 14 milhões para 76 milhões. Uma das explicações para o impulso das greves foi a retomada da economia, associada ao fim do governo militar:

A coincidência da retomada da expansão da economia com a posse do novo governo civil, portador de promessas de mudança e de políticas pactuadas, era a sinalização para que as lideranças canalizassem as expectativas salariais ou as esperanças difusas de melhora de vida entre os assalariados para o campo da pressão grevista. (NORONHA, 1991, p. 114)

O aspecto econômico é fundamental na composição do novo perfil de sindicalismo:

encontros intersindicais pelo Brasil – os Encontros da Classe Trabalhadora (Enclats), visando à realização da Primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (1ª Conclat). Tanto a CUT quanto a CGT tiveram uma origem comum: a 1ª Conclat, que se realizou em Praia Grande, litoral de São Paulo. No congresso, aprovou-se a proposta de se criar uma comissão com o objetivo de estruturar uma central de trabalhadores. Porém, com o passar do tempo, ficou clara a incompatibilidade ideológica das duas principais concepções, a reformista de Joazeiro, que defendia um sindicalismo de resultados, e a combativa de Lula e Meneguelli, favorável à liberdade e à autonomia sindicais. É praticamente impossível pensar o novo sindicalismo sem passar pelo nascimento da Central Única dos Trabalhadores. Sua base foi gestada no movimento com o intuito de ser uma entidade representativa dos trabalhadores brasileiros. O surgimento do novo sindicalismo possibilitou a aglutinação das várias correntes existentes no movimento sindical, cada qual trazendo suas experiências e posicionamentos políticos, contribuindo para a criação de uma central sindical de representação operária. O ápice do movimento se deu com a criação das centrais sindicais, que teriam o objetivo de articular e coordenar nacionalmente os trabalhadores brasileiros. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) foi criada em 1983, por ocasião do 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, realizado em São Bernardo do Campo. Na oportunidade, mais de 5.000 representantes de sindicatos urbanos e rurais votaram pela criação da CUT, atualmente referência para as massas operárias e reconhecida como tal pelas mais diversas forças políticas. Em 1986, o grupo de Joazeiro fundou a Central Geral dos Trabalhadores. No interior da CGT encontrava-se agrupado um conjunto heterogêneo de tendências políticas e sindicais que permanecia unido principalmente pela oposição à CUT. A convivência pacífica das correntes não durou muito. As divergências explodiram durante um congresso realizado em janeiro de 1988, provocando posteriormente uma cisão na central. O grupo pró-Joazeiro continuou com a nomenclatura Central Geral dos Trabalhadores, distanciando-se da Confederação Geral dos Trabalhadores, de Rogério Magri e Luís Antônio de Medeiros. Em março de 1991, no Memorial da América Latina, em São Paulo, foi criada a Central Força Sindical, oriunda da Confederação Geral dos Trabalhadores. Luís Antônio de Medeiros foi eleito seu primeiro presidente.

O sindicalismo de confrontação nasceu nessas circunstâncias, em que a busca da livre negociação coletiva era indissociável da oposição à política salarial do governo autoritário; a demanda por autonomia sindical transformava-se em oposição à presença abrangente do Estado nas relações socioeconômicas e ação sindical abria caminho para a existência da política de massa de trabalhadores. (TAVARES DE ALMEIDA, 1996, p. 44)

É evidente que existia uma relação íntima entre a esfera sindical e a realidade econômica do país. Os laços de dependência dos atores sindicais para com os sucessivos planos de estabilização monetária refletiam-se substancialmente na agenda de prioridades das entidades. Em alguns casos, as atividades sindicais giravam em torno da vida financeira do país, seja para apoiar ou criticar.²⁰

Concebido em fevereiro de 1986 como uma medida de estabilização econômica, outorgado pelo decreto-lei n. 2.283, o Plano Cruzado trouxe, desde sua concepção, anseios dos mais diferentes grupos sociais. Entre suas medidas iniciais, destacavam-se: congelamento dos preços e das taxas de câmbio; reforma monetária com desindexação e *tablitas* de conversão de cruzeiros para a nova moeda; congelamento de salários previamente reajustados pelo salário real médio dos últimos meses; abono salarial de 8% e 16% para o salário mínimo; seguro-desemprego. Não obstante, o cruzado se estabeleceu juntamente com uma política monetária expansionista e de juros baixos (TAVARES DE ALMEIDA, 1996).

Com efeito, como observou Noronha (1991), o Plano Cruzado teve a virtude de acalmar o conflito sindical trabalhista de 1986. Naquele ano, o número de greves foi bem inferior ao de 1985.²¹ Entretanto, a CUT e a CGT²² declararam oposição ao programa de estabilização monetária, ameaçando convocar uma greve geral, por acreditarem que o impacto do cruzado seria desastroso e recessivo para o trabalhador.

²⁰ A dependência dos atores sindicais ao momento econômico talvez possa ser confirmada na seguinte informação: “O anúncio das medidas do Cruzado II, reajustando alguns preços e tarifas, logo após as eleições de 15 de novembro, levou à reunião da CUT e CGT no comando da greve geral de 12 de dezembro, no qual a adesão dos trabalhadores, embora parcial, foi sem dúvida a mais expressiva” (NORONHA, 1991, p. 115).

²¹ Ocorreram pequenas e esparsas manifestações operárias de curta duração, em setores específicos do movimento sindical.

²² As críticas dos sindicalistas ao Plano Cruzado assentavam-se em dois pilares: o econômico e o político. O primeiro ancorava-se em estudos realizados pelo Dieese, que alertavam para os possíveis desníveis da política de estabilização, que recairiam pesadamente sobre a massa operária. Por sua vez, as críticas políticas tinham como escopo o autoritarismo reinante na implantação do cruzado. Os movimentos sindicais alegavam que o plano econômico fora imposto à população por meio de decretos presidenciais sem uma consulta prévia à sociedade (TAVARES DE ALMEIDA, 1996).

Para Tavares de Almeida (1996), o anseio oposicionista esvaiu-se com o mesmo furor e rapidez. A CUT perdeu pouco a pouco seus apoiadores de primeira ordem, e o mesmo aconteceu com a CGT. A Central Geral dos Trabalhadores, antiga Conclat, sucumbiu à opinião pública logo nas primeiras semanas, desfalcando a base de apoio da CUT.²³

No final de março, a CGT apresentou uma resolução comunicando seu incondicional apoio à política antiinflacionária proposta pelo governo Sarney. O documento confirmava a intenção da Central em organizar os trabalhadores para que fiscalizassem o congelamento dos preços e ajudassem o governo federal:

O plano de lutas aprovado pelo II Congresso Nacional das Classes trabalhadoras, que criou a CGT, afirmava no seu capítulo 4: “Organizar o povo para fiscalizar o congelamento de preços: o II Conclat aprovou que os sindicatos devem se organizar junto com as associações de moradores, Cipas, comissões de fábrica e comitês de defesa do consumidor, a fim de garantir os preços congelados: denunciar os atravessadores, sonegadores e especuladores que tentam sabotar o plano de estabilização econômica; lutar pela aplicação da lei delegada” (DIEESE, 1986, p. 25-26). (TAVARES DE ALMEIDA, 1996, p. 79)

A despeito de tudo, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) continuou firme em seus propósitos iniciais de oposição consistente ao modelo de recuperação econômica do governo. Entretanto, foi obrigada, por fatores externos, a abdicar de organizar uma greve geral e ampla, que atingisse os mais diversos estratos trabalhistas. Mesmo encabeçando a lista de opositores, manifestou solidariedade e apoio ao congelamento de preços e ao abastecimento dos produtos alimentícios.²⁴

²³ Referindo-se aos motivos que levaram a antiga Conclat a abandonar a organização dos trabalhadores em uma greve geral, argumenta Tavares de Almeida (1996): “No dia 5 de março, a Conclat já havia desistido de organizar, juntamente com a CUT, uma greve geral contra o plano e falava em organizar comandos de fiscalização, para garantir o cumprimento da tabela de preços editada pelo governo e para esclarecer a população sobre os ‘aspectos negativos do pacote’. Aceitou também participar da reunião com o ministro do Trabalho. No dia 7, o dirigente da central, Antônio Rogério Magri, declarava apoio irrestrito ao plano de estabilização” (1996, p. 78).

²⁴ Segundo a autora: “No começo de julho, as mesmas críticas ao Plano Cruzado eram repetidas no documento do congresso estadual da CUT paulista, preparatório do II Congresso Nacional. Elas vinham misturadas com a defesa do congelamento. Dizia o documento: ‘O objetivo estratégico do Plano Cruzado é promover uma maior estabilização do capital para gerar condições mínimas para promover um processo de modernização conservadora do capitalismo. No entanto, este pacote não enfrentou o impasse de fundo do capitalismo brasileiro, a dívida externa e a dívida pública. (...) O pacote econômico do governo representou um verdadeiro golpe contra a classe trabalhadora e o movimento sindical. De um lado, impôs um profundo confisco salarial e, de outro, porque seu impacto político quebrou temporariamente a tendência ao ascenso e à unificação das lutas, na tentativa de conter novas conquistas. A campanha nacional de luta deve ser o grande instrumento de unificação das lutas no próximo período, tendo como

A oposição da CUT ao Plano Cruzado não se efetivou plenamente. Pelo contrário, suas ações ficaram mais no campo discursivo.

As feições do novo sindicalismo: um olhar teórico

É inevitável não associar a postura da CUT, nesse caso, com as formulações traçadas por Albert Hirschman, quando estabelece três tipologias: “saída, voz e lealdade”. Na esteira desse autor, o padrão de objeção da Central poderia ser perfeitamente encaixado em “voz”.

Hirschman (1970) define “voz” como as tentativas de alteração dos hábitos políticos de uma instituição qualquer. As oposições podem ser encabeçadas por vontades individuais ou coletivas, visando a mobilizar a opinião pública através de protestos e ações organizadas. A opção por fazer barulho pode precipitar a melhora do produto ou do serviço (HIRSCHMAN, 1970). Desse modo, “voz” converte-se em articulação de interesses em torno de questões ligadas às práticas de determinados segmentos sociais e políticos, sem excluir as possibilidades de recuo por seu uso indiscriminado. Se assim fosse, seu efeito seria inverso, prejudicando quaisquer esforços de recuperação pensados anteriormente pelo grupo ou associação política.

Segundo Albert Hirschman (1970), “saída” são estratégias de cunho econômico e “voz” são estratégias políticas. Pode existir relação entre os dois princípios.²⁵ Nesse sentido, talvez, as organizações que forneçam serviços a seus associados, sem uma contrapartida financeira direta, como os sindicatos de trabalhadores, podem ser considerados exemplos de aproximação entre “saída” e “voz”: “Em geral, o declínio do desempenho se reflete tipicamente, tanto em firmas como em organizações, numa deterioração comparativa ou absoluta da qualidade do produto ou serviço oferecido” (HIRSCHMAN, 1970, p. 16).

O autor mostra que as semelhanças entre os dois mecanismos aparecem no momento em que se verificam falhas administrativas, sejam elas oriundas das grandes companhias industriais ou de organizações sociais, como sindicatos,

eixos: 1. recuperação das perdas salariais e aumento real dos salários; 2. salário mínimo real; 3. garantir o congelamento dos preços e o abastecimento, e 4. escala móvel a 5%; e emprego: 1. estabilidade no emprego; 2. redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais. Reforma agrária sob controle dos trabalhadores. Não pagamento da dívida externa. Participação popular na Constituinte” (TAVARES DE ALMEIDA, 1996, p. 79).

²⁵ Relata o autor: “Assim como em economia sempre se imaginou que quanto mais elástica é a demanda (ou seja, quanto mais rápida a saída, quando ocorre a deterioração), melhor o funcionamento do sistema econômico, também é artigo de fé da teoria política que o funcionamento adequado da democracia requer um povo alerta, ativo, que faça o máximo uso da voz” (HIRSCHMAN, 1970, p. 41).

partidos políticos, associações beneficentes, associações de moradores, seitas religiosas, torcidas organizadas, entre outras.

As falhas acontecem quando antigos e fiéis clientes, no caso das indústrias, deixam de adquirir aquele produto em busca de outro que melhor satisfaça suas exigências. Por outra perspectiva, quando as organizações sociais não conseguem mais oferecer a seus membros ganhos monetários ou simbólicos, acontece uma debandada de seus sócios em busca de outras entidades que possam prover suas necessidades imediatas.

Ambos os casos podem ser enquadrados na categoria de “saída”, pois a motivação inicial para a busca de novas opções de representação e de consumo é de base econômica e monetária. Os resultados são a diminuição da renda das empresas e a queda do percentual de sócios para as organizações sociais, obrigando as direções a buscarem alternativas viáveis de correção dos problemas para estancar as causas da “saída” (HIRSCHMAN, 1970).

Outra maneira de identificar as falhas, tanto no campo empresarial como no associativo, seriam os reclames de insatisfação de clientes e consumidores junto à direção das empresas fornecedoras ou os protestos políticos e sociais dirigidos às entidades de classe ou ao governo.

Esses dois exemplos são associados ao mecanismo “voz”, por perpassarem o econômico, atingindo as esferas político-participativas e de manifestação social. Como consequência dos atos, pode haver uma mudança de postura das direções, com a busca de possíveis soluções para contornar a insatisfação de clientes e sócios (HIRSCHMAN, 1970).

As categorias “saída e voz”, componentes de um mesmo sistema de forças, são, contudo, mutuamente excludentes, como diria o autor. Cada uma reflete, a seu modo, aspectos da economia e da política. “Saída” reflete todas as dimensões de movimentação das forças do mercado voltadas para a defesa do bem-estar econômico e financeiro do agente executor.²⁶

“Voz” seria o oposto. Como ação política clássica, é um conceito, ao contrário do primeiro, mais confuso e fluido na sua percepção. Tal confusão assenta-se na diversidade de práticas que podem ser taxadas de voz, incluindo

²⁶ Recorrer ao mercado como possibilidade de defesa dos interesses é algo natural e corriqueiro para consumidores. O cliente insatisfeito com os serviços de uma determinada rede de lojas procura, utilizando as leis da oferta de produtos, outra empresa que satisfaça suas exigências. Essa busca consciente por novas oportunidades de consumo dinamiza e aquece as forças do mercado através da concorrência, recuperando o fluxo normal da economia. Estaria aí, resumidamente, o princípio da mão invisível, de Adam Smith.

desde grandes manifestações políticas organizadas, violentos protestos de grupos extremistas até pequenos e individuais lamentos sociais. Para Hirschman (1970), sejam quais forem a intensidade e o tamanho dos protestos, é necessário haver anteriormente uma articulação de posições e a afirmação coletiva das opiniões.

As particularidades e os contrastes de “saída e voz” seriam, para o autor, resumidos da seguinte forma: enquanto que para a primeira opção as formas de reivindicação normalmente acontecem no anonimato, exclusivas ao grupo executor, a segunda abrange um número maior de participantes, sendo refletida e exposta em diversas camadas da sociedade onde é realizada.

Contudo, apesar das dificuldades de conciliar “saída” e “voz”, muitas ações realizadas em sociedade podem atingir os dois patamares, articulando os resultados de manifestações políticas com mudanças no mercado econômico e na base de consumo da população. Nesses casos, “saída” seria considerada alternativa à “voz” e vice-versa.²⁷

Existe, portanto, uma proximidade entre os sistemas econômicos e os políticos, o que não pressupõe uma relação simples entre as duas esferas. A conjugação de ambas possibilita maior estabilidade democrática e governamental, o que assegura a participação de diversos grupos no sistema decisório.

Todavia, segundo Hirschman, para que “saída” e “voz” ganhem consistência e resultados, é preciso um outro componente: a “lealdade”: “As condições que favorecem a coexistência da saída e da voz são mais bem compreendidas ao introduzir-se o conceito de lealdade. A presença da lealdade diminui nitidamente a probabilidade de saída. Será que a voz é, da mesma forma, ampliada?” (HIRSCHMAN, 1970, p. 82).

A adição da “lealdade” possibilita conjugar de maneira mais apurada “saída” e “voz”. Por outro lado, “lealdade” a uma organização social ou empresa diminui exponencialmente as probabilidades de “saída”, ampliando a utilização de mecanismos referentes à “voz”.

A “lealdade” faz com que membros de associações classistas ou industriais utilizem propostas políticas como forma de resguardar a integridade daquela

²⁷ “Voz” interfere e mostra-se como alternativa para “saída”: “Para se conhecer o volume de voz determinado pela elasticidade-qualidade da demanda, assume-se que clientes, frente ao declínio da qualidade, antes de qualquer outra coisa, decidem se mudarão de firma ou produto, independentemente da influência no comportamento da empresa da qual normalmente compram; só se não mudarem é que lhes pode ocorrer a idéia de reclamar. É evidente que a decisão de mudar ou não será tomada à luz das possibilidades de usar a voz com bons resultados” (HIRSCHMAN, 1970, p. 45).

organização social. A restituição das antigas estruturas leva à redução da saída de pessoas em busca de oferta de melhores serviços. De modo geral, quando a “voz” é restituída e reafirmada através da “lealdade”, ocorre um descredenciamento da opção “saída”, uma vez que se desenvolvem graus de afinidade com a instituição de origem. A importância da “lealdade” residiria em neutralizar, dentro de certos parâmetros, a saída de antigos e tradicionais sócios, de colaboradores mais conscientes de sua função, de clientes mais exigentes, evitando a deterioração prematura da instituição (HIRSCHMAN, 1970).

Como atesta o autor, a “lealdade” é o ponto de equilíbrio entre as duas outras concepções, porque facilita a retomada de antigas qualidades, o que exige uma dose de criatividade e amadurecimento e aumenta o custo social da “saída”. Não obstante, a “lealdade” não barra a fuga de pessoas pertencentes ao grupo social ou de consumidores. Ela apenas retarda e diminui a saída, mas não a evita.

Teoricamente, a lealdade a uma determinada marca ou associação política ocorre racionalmente, ou seja, essa opção é feita obedecendo-se a critérios tecnicamente estabelecidos e aplicáveis de acordo com a situação. Esse tipo de racionalidade pode ser dividido, segundo Max Weber, em dois: racionalidade formal, compreendida como uma gestão econômica realizada a partir de um cálculo tecnicamente possível de ser materializado, e racionalidade material ou grau de abastecimento de bens que um grupo de pessoas consegue efetivar mediante uma ação social economicamente orientada conforme determinados postulados valorativos²⁸ para aquele grupo específico (WEBER, 1999).

Ainda de acordo com Weber, do ponto de vista técnico o dinheiro é o cálculo econômico mais perfeito, ou seja, é o ambiente racionalmente pensado, que serve como orientação para a busca de ganhos econômicos e financeiros (WEBER, 1999). Assim, o consumidor, mesmo o mais leal, irá racionalmente procurar outras oportunidades de negócios e atividades que lhe garantam lucros e benefícios mais elevados.

É por isso que a “lealdade” pode diminuir ou retardar o ímpeto da “saída”, elevando a “voz”, mas nunca determinar seu completo fim. Apenas em um único caso a “lealdade” transforma-se numa barreira intransponível, evitando totalmente a saída de membros. É quando ela é irracional. Para Hirschman (1970),

²⁸ Para Weber, os postulados valorativos, qualquer que seja sua natureza de formação, variam de grupo para grupo, de categoria social para categoria social.

a “lealdade” irracional é percebida em clubes, times de futebol e, às vezes, nos partidos políticos e nos sindicatos de trabalhadores.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) promove, através da lealdade de seus membros associados, manifestações em que a voz é o principal instrumento de ação política. O novo sindicalismo talvez seja o seu exemplo mais notório.

O novo sindicalismo em Minas Gerais e na Grande Belo Horizonte: feições próprias

O Estado de Minas Gerais e a cidade de Belo Horizonte também presenciaram o fenômeno do novo sindicalismo, quase em concomitância com São Paulo e o ABC. Em Minas Gerais, o novo sindicalismo teve sua origem especialmente no Vale do Aço e nas cidades de João Monlevade, Betim, Contagem e Belo Horizonte (NEVES, 1999; LE VEN, 1988). O movimento foi responsável pela afirmação dos sindicatos operários no Estado como atores sociais e políticos indispensáveis à construção e ampliação da cidadania.

O Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade teve um papel fundamental na formatação do novo sindicalismo em Minas Gerais, seja atuando corporativamente no piso fabril, seja em questões de cunho coletivo e cidadão, seja até mesmo promovendo relações com o movimento metalúrgico do ABC. Desde muito cedo, a cidade de João Monlevade²⁹ já apresentava enorme potencial para a siderurgia. Le Ven (1988) mostra que, desde 1820, a cidade já comportava uma fundição que contava com aproximadamente 150 trabalhadores escravos, treinados para a fabricação de ferro, utilizando tecnologias avançadas. A funilaria ficava a cargo do francês Jean Monlevade (LE VEN, 1988).

As histórias da cidade e da metalurgia se confundem principalmente a partir de 1937, quando lá se instala a Companhia Metalúrgica Belgo-Mineira, pertencente ao grupo empresarial luxemburguês Abbed. Esse vínculo se fortalece, construindo laços de sociabilidade e identidade entre as duas esferas (NEVES, 1999).

Em 1972, a nova diretoria do sindicato começa a se aproximar mais efetivamente dos trabalhadores e da sociedade. A estratégia utilizada pelo sindicato foi a realização de ações que envolviam os trabalhadores e a cidade.

²⁹ A cidade de João Monlevade, fundada em 1962, localiza-se na região centro-leste de Minas Gerais.

Discutiam-se com os metalúrgicos as condições de trabalho dentro da empresa, as mudanças que deveriam ser empreendidas nos turnos de trabalho, horas trabalhadas, qualificação profissional e outras demandas trabalhistas. As primeiras conquistas dos metalúrgicos da cidade foram resultado, sem dúvida, dessas reuniões públicas com os operários.

O Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade pleiteou a organização dos trabalhadores por local de trabalho e no interior da entidade. O objetivo central talvez fosse a sindicalização de todos os operários. Ao que parece, a campanha foi plenamente vitoriosa: o número de trabalhadores filiados cresceu consideravelmente.

O aumento do percentual de sindicalizados gerou maior autonomia para o sindicato e, conseqüentemente, a categoria ganhou mais força política e respeitabilidade, fato que promoveu o questionamento, pelos trabalhadores, das relações da empresa com seus funcionários. Com o passar do tempo, os operários, através do seu sindicato, foram estabelecendo limites políticos e sindicais com o intuito de criar um ambiente de trabalho mais propício e digno:

É importante salientar que fortalecia em João Monlevade a organização dos trabalhadores no local de trabalho e também no sindicato. Com a sindicalização expressiva dos operários, o lugar da produção era questionado pelos trabalhadores e aos poucos a relação paternalista existente entre os gerentes e operários, forma bem peculiar de controle dos trabalhadores, vai dando lugar a interesses bem delimitados pelos operários. Essa relação paternalista, que camuflava os problemas reais do dia-a-dia do cotidiano fabril e subordinava os metalúrgicos, perdia força e os conflitos começavam a surgir, expressando o desejo da construção de um projeto coletivo que pudesse afirmar a dignidade do trabalho. (NEVES, 1999, p. 189)

Com esse espírito, o sindicato apresenta à empresa uma pauta de reivindicações que, entre outras coisas, demandava revezamento de turnos e comissão sindical e operária,³⁰ destinada a resolver e amainar problemas trabalhistas (NEVES, 1999).

Os acontecimentos do final da década de 1970 aproximam o Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade aos metalúrgicos do ABC. As entidades promoviam manifestações e protestos. Em 1978, ocorrem concomitantemente movimentos nas duas regiões. O sindicato de João Monlevade apresentou suas reivindicações, que não foram aceitas de imediato. A recusa da pauta

³⁰ A idéia de criação da comissão, que deveria ser paritária, foi recebida como inovadora. A comissão seria formada por seis membros, três do sindicato e três da empresa. Sua principal meta seria discutir aspectos relacionados ao cotidiano operário na empresa (NEVES, 1999).

operária pela Belgo-Mineira foi o estopim para a deflagração de uma greve que contou com o maciço apoio dos metalúrgicos. Essa talvez tenha sido a prova incontestante do fortalecimento daquele sindicato: “Muito mais do que afirmar publicamente as reivindicações, a greve de 78 em Monlevade expressou, no espaço público, uma organização que aos poucos foi se consolidando no local de trabalho, demonstrando a relação fecunda entre o sindicato e os trabalhadores” (NEVES, 1999, p. 190).

Em Betim, outro importante foco de nascimento do novo sindicalismo em Minas Gerais, o Sindicato dos Metalúrgicos procurou romper com a antiga estrutura oficial, subvencionada pelo regime ditatorial militar, que atrelava os sindicatos ao Estado.³¹

O Sindicato dos Metalúrgicos de Betim foi criado em 1976, anos antes da instalação da Fiat Automóveis S.A. na cidade. Todavia, como sustenta Neves (1999), o nascedouro daquele órgão sindical acontece verdadeiramente dois anos antes, em 1974, quando é criada a Associação dos Metalúrgicos de Betim, que contava com o apoio declarado dos metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem.

Com a chegada da Fiat, em 1973,³² e de outras montadoras, como a FMB e a Krupp (atualmente fechada), inicia-se a formação do pólo automobilístico betinense, que alterou todo o perfil da mão-de-obra empregada do município e região (NEVES, 1999).

Mesmo com todas as dificuldades oriundas da política repressiva e anti-sindical da Fiat, o Sindicato dos Metalúrgicos de Betim ampliou sua base formal, que passou a ser composta por 15.000 operários, muitos dos quais com certa trajetória de militância operária e política. Esses sindicalistas assumiram a liderança e organização trabalhista na empresa, formando comissões de trabalhadores.

³¹ Como vimos, o regime militar que começa a vigorar no Brasil em 1964 deixou intacta toda a estrutura sindical gestada pelo governo populista de Getúlio Vargas. Assim, tal qual no populismo pré-64, o regime militar propunha um sindicalismo totalmente voltado ao assistencialismo como a única forma de representação operária.

³² Sobre a implantação da Fiat Automóveis S.A. em Betim, esclarece Neves: “(...) fazia parte de um programa da matriz italiana que tinha como objetivo a descentralização da produção, a desconcentração da mão-de-obra empregada e, por conseguinte, o enfraquecimento do coletivo operário turinense (...). A montadora foi construída no Distrito Industrial de Ibirucu, em Betim, Minas Gerais, região que nos anos 1970 encontrava-se isolada das aglomerações populacionais. Dessa maneira, o acesso à montadora só poderia ser feito por carros particulares ou por ônibus especiais contratados pela empresa. Buscava-se, assim, criar uma separação radical entre a fábrica e a vida dos trabalhadores e ao mesmo tempo dificultar a ação coletiva dos operários, que, recrutados em pontos diversos da Região Metropolitana de Belo Horizonte, habitavam locais cuja distância oscilava entre 12 e 100 quilômetros. Permanecer na área após o horário de trabalho implicava enfrentar dificuldades bastante consideráveis para retornar ao local de moradia” (1999, p. 193).

As comissões de fábricas tinham respaldo tanto interno quanto externo. Internamente eram depositárias da confiança dos operários; externamente eram apoiadas por segmentos da Igreja Católica, como a Pastoral Operária, e pelas oposições sindicais de Belo Horizonte e região. Normalmente, os trabalhadores que compunham tais comissões tinham vivência no movimento sindical e político-partidário. Cabia-lhes a discussão de temas de interesse coletivo. Foram também responsáveis diretos pelas greves de 1978 e 1979.

As manifestações de 1978 e 1979 são consideradas históricas e decisivas para os metalúrgicos betinenses, que conseguiram modificações comportamentais importantes da direção da empresa, principalmente no que concerne ao relacionamento com os empregados. Depois daqueles episódios, a montadora começou a pensar em mecanismos e propostas voltadas para a integração operária com a empresa.

A experiência dos metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem foi completamente diferente da vivida por seus consortes de Betim e Monlevade. Com o advento do regime ditatorial militar em 1964, o sindicato, como outros, sofreu um rigoroso processo de intervenção. Seus principais diretores foram cassados e postos na ilegalidade, mas continuaram atuando no piso fabril, agora em comissões de fábrica (NEVES, 1999).

As comissões de fábrica serviram como alicerce para fomentar o movimento sindical denominado Oposição Sindical, que reunia uma série de agrupamentos e tendências políticas:

A Oposição Sindical articulou-se na região de BH/Contagem no final dos anos 70, fazendo evidentemente referência à herança das greves de 1968 na região (...). Na Oposição Sindical estavam presentes vários grupos de esquerda. PCdoB, MR8, PCB, grupos trotskistas e membros da igreja, principalmente da JOC e da ACO, que tiveram um papel importante na região nos anos 60, nas greves de 1968. (NEVES, 1999, p. 198)

Um dos feitos mais importantes da Oposição Sindical talvez tenha sido a organização de pequenos movimentos de trabalhadores nas metalúrgicas de Belo Horizonte e Contagem, que buscavam melhores condições de trabalho e de salários. Um outro importante fato foi a criação do Centro Cultural Operário (CCO), espaço de convivência em que se reuniam semanalmente operários para a realização de cursos profissionalizantes e de formação política. Através do CCO, a Oposição Sindical de Belo Horizonte e Contagem organizou os trabalhadores do setor, promovendo diversas manifestações, inclusive greves. Denunciavam o arrocho salarial promovido pelos governos militares

e se engajaram em campanhas pela democratização e pela cidadania operária (NEVES, 1999).

O Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações de Minas Gerais (Sinttel-MG) surgiu antes da Telemig, em janeiro de 1956, representando nesse momento os trabalhadores da CTB e, posteriormente, os telefônicos da Telemig, Embratel e CTBC.

Em 1980, após 23 anos sem alteração na diretoria do sindicato e nas suas estratégias de ação, ocorreu uma renovação no Sinttel de Minas Gerais. Ao incorporar-se ao novo sindicalismo, mobilizou os operários através dos problemas vivenciados no dia-a-dia de trabalho, aproximando democraticamente o sindicato de sua base.

O Sinttel foi o primeiro sindicato do Estado a se informatizar. Para isso criou uma comissão de acompanhamento das inovações estratégicas do setor de telecomunicações. Com as inovações trazidas pela nova diretoria e o alto grau de comprometimento dos diretores, o Sinttel-MG gradativamente tornou-se referência para a organização dos telefônicos em todo o Brasil (NEVES, 1999). Teve um papel primordial na criação da CUT em Minas Gerais, chegando a sediar a regional mineira por algum tempo e contribuindo, desse modo, para a renovação sindical no Estado nos anos 1980.

Em 25 de julho de 1951, nascia a Associação Profissional dos Trabalhadores da Indústria de Energia Hidroelétrica de Belo Horizonte, Santa Bárbara e Itabirito.³³ Um ano depois, a associação transformou-se no Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Hidroelétrica de Belo Horizonte, Santa Bárbara e Itabirito,³⁴ posteriormente Sindieleto, que hoje representa a maioria dos eletricitários de Minas Gerais.

Inicialmente, o sindicato representava os trabalhadores da Companhia Força e Luz, de propriedade anglo-canadense. Posteriormente, passou a representar os empregados das Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig), fundada em 22 de maio de 1952 pelo então governador Juscelino Kubitschek.³⁵

³³ Desde 1946, os trabalhadores da Empresa Força e Luz, de capital inglês e canadense, que à época fornecia energia às cidades de Belo Horizonte, Itabirito e Santa Bárbara e administrava os bondes da capital de Minas Gerais, procuravam organizar-se através de entidade representativa. Com esse propósito foram articulados encontros que dariam origem à futura Associação Profissional dos Trabalhadores da Indústria de Energia Hidroelétrica de Belo Horizonte, Santa Bárbara e Itabirito.

³⁴ As cidades de Santa Bárbara e Itabirito pertencem à Região Metropolitana de Belo Horizonte.

³⁵ O objetivo central da fundação da Cemig seria proporcionar suporte técnico ao programa de modernização, diversificação e expansão do parque industrial do Estado (*Cemig Notícias*, jornal de circulação interna das Centrais Elétricas de Minas Gerais, 2 de fevereiro de 2003).

Em seus momentos iniciais, o Sindieletro estruturou seu departamento jurídico, que desenvolvia ativamente um trabalho de conscientização junto aos eletricitários. Foram realizados diversos encaminhamentos de ações em defesa dos interesses dos trabalhadores. Outras pequenas lutas, que afetavam o cotidiano dos operários, também eram travadas pelo Sindieletro, como melhorias das instalações sanitárias, instalação de bebedouros, chuveiros, refeitórios adequados, salas para o corpo administrativo e eletricitário, além de melhorias nos maquinários que serviam aos trabalhadores.

Já nesse período, o sindicato travou disputas em torno do plano de carreira dos eletricitários, encaminhando ofícios à Cemig e à empresa Força e Luz,³⁶ exigindo a criação de um quadro de carreiras na empresa. Já se observava também a preocupação com a formação operária. O Sindieletro oferecia cursos de formação cultural e aulas de português, aritmética e geografia econômica.

O Sindieletro, como muitos outros sindicatos, sofreu intervenção governamental com a implantação da ditadura militar em 1964. A diretoria do sindicato foi substituída por uma junta governativa provisória,³⁷ que tinha a função de administrar a entidade.³⁸

Em função das intensas perseguições políticas do regime autoritário, o Sindieletro viveu um período de “hibernação” forçada, que se estendeu de 1964 até aproximadamente 1970. Os anos finais da década de 1970 parecem trazer um sopro de vitalidade para os movimentos sociais organizados, entre eles os sindicatos, que começam a questionar a ditadura civil-militar instalada no Brasil. O ABC, em especial o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, promove uma série de mobilizações e atos em favor da liberdade e da democracia, com destaque para as greves de 1978 e 1979. O movimento, iniciado no interior do Estado de São Paulo, foi a fagulha que acendeu o estopim de resistência das entidades sindicais.

Em Minas, o Sindieletro articulou campanhas que desafiavam a Cemig em plena vigência do regime militar. Uma delas, bastante lembrada, foi a

³⁶ A empresa de eletricidade Força e Luz, juntamente com seu quadro de funcionários, foi transferida para a Cemig em 1973.

³⁷ Em Minas Gerais, 350 sindicatos, 22 federações de trabalhadores e seis confederações tiveram suas diretorias destituídas ou substituídas por interventores (*Especial comemorativo de 30 anos do Sindieletro*).

³⁸ Segundo um livro de atas do período, houve uma reunião no dia 23 de março de 1964, e o novo registro das atividades sindicais só foi feito em 23 de março de 1966, sob o olhar vigilante da ditadura militar.

que exigia da companhia a gratificação denominada Maria Rosa.³⁹ A empresa alegava que não pagava o benefício por falta de recursos. Houve uma intensa mobilização do sindicato contra o não pagamento de um direito adquirido pelos trabalhadores, já que a Maria Rosa estava sendo paga ininterruptamente havia quatro anos. A regularização do pagamento só foi possível com a intervenção da Justiça do Trabalho, que deu causa de ganho aos trabalhadores.

Um outro tipo de manifestação do sindicato à época denunciava a entrada de militares no comando de usinas de transmissão de energia, como em Três Marias. Em um artigo panfletário, o sindicato mostrava que a hidroelétrica era comandada por dois majores e 36 vigilantes fortemente armados.⁴⁰

Outras denúncias referentes às condições de trabalho eram veiculadas na imprensa operária. Uma delas dizia respeito aos acidentes de trabalho ocorridos na Cemig. O sindicato responsabilizava a empresa pelos acidentes, argumentando que a equipe de eletricitistas era constantemente submetida a pressões da chefia. Os trabalhadores não recebiam treinamento adequado, fato que ocasionava acidentes sérios.

Tentando preservar a integridade física e emocional dos eletricitários, o sindicato lança-se, em 1978, numa campanha pelo adicional de 30% de periculosidade. O sindicato e os trabalhadores só conseguiram obter esse ganho em 1990, por intermédio de ações protocoladas na Justiça do Trabalho pela direção da entidade.

Os anos 1980 foram sem dúvida memoráveis para o movimento sindical organizado. Talvez o momento mais importante tenha sido a criação da CUT em 1983. Em paralelo, surge no Sindieletro uma chapa de oposição. Vitoriosa, a nova diretoria, mais combativa e com disposição para a luta, começa a pavimentar e consolidar as relações com a Central. Assim, em 1987, o Sindieletro realiza sua primeira greve pela implantação do plano de cargos e carreira (PCC). Tempos depois, uma outra manifestação pela campanha salarial conta com a adesão de 90% dos eletricitários (Sindieletro, 2002).

³⁹ A Maria Rosa era uma gratificação dada aos trabalhadores da antiga Companhia Força e Luz. Quando encampou a empresa, em 1973, a Cemig eliminou o benefício. Todavia, os antigos empregados da Força e Luz ajuizaram uma ação contra a Cemig e conseguiram restabelecer a Maria Rosa. Em 1980 ela foi estendida a todos os trabalhadores da Cemig. O nome Maria Rosa alude a uma lingüiça tipo salsichão vendida em Belo Horizonte e que os eletricitários poderiam comprar com a gratificação.

⁴⁰ De acordo com o jornal *O Hidroelétrico* de 1972: "O Campo de Concentração da Usina de Três Marias é comandado por dois majores e trinta e seis vigilantes ostensivamente armados de revólveres e autorizados a praticar tiro ao alvo com mira nos eventuais pescadores que ousarem aproximar-se do território sagrado da empresa".

A filiação do Sindieleto à CUT parecia inevitável. Concretizada em janeiro de 1989, essa aproximação aconteceu em função da renovação que a Central propunha para o movimento sindical e também pela explosão de greves no ABC paulista.

Muitos sindicalistas afirmam que o período foi o mais rico em matéria de conquistas para o Sindieleto. Entre as principais podem ser mencionadas: creches para os filhos de até seis anos de idade; garantia de 13 delegados sindicais para as regionais do interior; quatro representantes dos trabalhadores ativos no Conselho Curador da Forluz;⁴¹ equiparação salarial dos eletricitistas da capital e do interior; organização das mulheres eletricitárias; criação de uma comissão feminina no Sindieleto; criação de uma comissão de mães eletricitárias; anuênio; pagamento do sobreaviso; implantação de comissões sindicais nos locais de trabalho; tíquete-refeição e garantia de emprego por um ano (Sindieleto, 1988).

A chegada dos anos 1990 é impactante para o movimento sindical. Mudanças profundas na economia, na política, nas relações trabalhistas, nos direitos sociais, privatizações, entre outras, exigem dos sindicatos novas propostas e diferentes estratégias de mobilização.

O Sindieleto, inserido nesse contexto caótico, começa a pensar e gerir alternativas para o cenário de instabilidade que se refletia na retirada de direitos históricos dos trabalhadores. Assim, em 1991 é realizado o I Congresso Mineiro dos Eletricitários (I Comel), que define como prioridades: a defesa irascível da empresa pública e contra a privatização da Cemig,⁴² a segurança e saúde dos eletricitários, uma gestão mais democrática e transparente da Forluz, contra demissões de lideranças sindicais, pela lisura das contratações da Cemig, pela unificação dos sindicatos pertencentes à empresa.

A unificação entre o Sindieleto e o Sindelt, talvez um dos únicos exemplos bem-sucedidos de fusão de sindicatos no Brasil, acontece em abril de 1996 pelo Congresso de Unificação. Antes fora criada a Intersindical, reunindo os cinco sindicatos que representavam os trabalhadores da Cemig.

⁴¹ A Fundação Forluminas de Seguridade Social (Forluz) foi fundada em dezembro de 1971 como parte da política de recursos humanos da Cemig e de suas subsidiárias: Cemig Distribuição, Cemig Geração/Transmissão, Gasmig e Sá de Carvalho. Entidade sem fins lucrativos mantida pelas contribuições das empresas e de seus funcionários, a Forluz é o maior fundo de pensão de Minas Gerais e sua diretoria inclui um representante dos trabalhadores e do Sindieleto.

⁴² O projeto governamental de privatização da Cemig, apresentado em abril de 2001, reuniu na oposição, além do Sindieleto, políticos de campos opostos, como o então governador de Minas Gerais Itamar Franco, do PMDB, e o deputado federal Aécio Neves, do PSDB.

Uma vez consolidada a unificação, o novo Sindieletro resolve devolver integralmente o imposto sindical à categoria, prática que já vinha sendo debatida intensamente na CUT, contrária ao imposto sindical por percebê-lo como o pendão do corporativismo sindical, que sujeitava as organizações de trabalhadores a um Estado autoritário e interventor.

Atualmente, o Sindieletro volta-se para demandas cidadãs, com apoio de outras entidades sociais e classistas. É o caso, por exemplo, do Projeto de Biodiesel e Energia Não-Polvente, uma parceria entre o sindicato, o assentamento rural Dom Orione do MST e o Programa Nacional do Alcool e do Leite (Pronal).

O sindicato oferece à categoria⁴³ cursos de qualificação profissional e formação cultural como forma de superar o crescente desemprego estrutural que assola o país, bem como campanhas e mobilizações contra as formas de retirada de direitos trabalhistas, discriminações, pressões, assédio moral e sexual,⁴⁴ ataques à autonomia e liberdade sindical. Também continua pressionando fortemente pela campanha salarial. Os desafios são enormes e os embates com a empresa continuam acirrados, mas a categoria e o sindicato, orgulhosos de seu passado, acreditam na organização para superar as ingerências de um mercado de trabalho cada vez mais desigual e seletivo.

Na última década, o sindicalismo mineiro pretendeu transpor a antiga atuação corporativista em favor de um projeto mais aberto e voltado para demandas sociais que procuram uma interação mais plena com a sociedade e outros organismos classistas: “Fundamentalmente, a atuação dos sindicatos objetiva transformá-los em centros de ação política, não só organizando a categoria, mas interferindo na vida urbana e política” (NEVES, 1996, p. 98).

É com esse espírito que o movimento sindical mineiro e belo-horizontino entrou na década de 1990, tentando equilibrar-se nas esferas políticas e econômicas. Porém, o momento era de incertezas para os atores sindicais, que se viram sob uma tormenta sem proporções e jamais enfrentada. Os anos

⁴³ Um rápido perfil dos eletricitários: Sexo: Masculino: 84%; feminino: 16%. Faixa etária: até 34 anos: 26%; 35 a 44 anos: 45%; 45 anos ou mais: 29%. Escolaridade: de 4ª a 8ª série: 9%; ensino médio: 53%; ensino superior: 31%; pós-graduação: 7%. Renda: até dois salários mínimos: 1%; de dois a cinco salários mínimos: 12%; de cinco a dez salários mínimos: 49%; de dez a 20 salários mínimos: 28%; mais de 20 salários mínimos: 8%. Regime de trabalho: horário flexível: 2%; escala de plantão: 20%; horário fixo: 78%. Tempo de trabalho na Cemig: mais de 20 anos: 27%; até dez anos: 11%; de 11 a 20 anos: 62%. Trabalhadores filiados: 71%; não-filiados: 29%.

⁴⁴ O Sindicato criou a Secretaria de Raça e Gênero e promove com certa constância debates sobre relações de trabalho para homens, mulheres, negros, homossexuais.

1990 trouxeram modificações estruturais para os sindicatos, que ainda procuram uma solução para a crise.

Abstract

This paper aims at discussing the features of the new syndicalism in São Paulo ABC, the State of Minas Gerais and Belo Horizonte. For such, it delineates the route of that syndical and political movement, showing the many historical patterns that have shaped it.

Key words: New syndicalism; Syndicates; Collective action; Belo Horizonte.

Referências

- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *Crise econômica e interesses organizados*. São Paulo: Edusp, 1996.
- ANTUNES, Ricardo. *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos*. São Paulo: Boitempo, 1988.
- BLASS, Leila Maria. Novo sindicalismo: persistência e descontinuidade. In: RODRIGUES, Iram Jácome (Org.). *O novo sindicalismo vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 33-49.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 2001.
- HIRSCHMAN, Albert. *Saída, voz e lealdade*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- KOWARICK, Lúcio. *Escritos urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- LE VEN, Michel. *Trabalho e democracia: a experiência dos metalúrgicos mineiros*. 1988. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- LIMA, Almérico. *Rumo ao sindicalismo cidadão? Qualificação profissional e políticas públicas em tempos de reestruturação produtiva*. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Salvador.
- MANGABEIRA, Wilma. *Dilemas do novo sindicalismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.
- MARTINS Filho, João Roberto. O movimento estudantil na conjuntura do golpe. In: TOLEDO, Caio Navarro (Org.). *1964 - visões críticas do golpe*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- MELO JR., João Alfredo Costa de Campos. *Em busca de novos caminhos: o Sinttel de Minas Gerais e a privatização da Telemig (1994-2000)*. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

- MOISÉS, José Álvaro. *Lições de liberdade e de opressão: os trabalhadores e a luta pela democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- NEVES, Magda de Almeida. A agenda sindical mineira nas últimas décadas: permanências e desafios. In: RODRIGUES, Iram Jácome. *O novo sindicalismo vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- NORONHA, Eduardo Garuti. *Greves na transição brasileira*. 1992. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Campinas, Campinas.
- NORONHA, Eduardo Garuti. A explosão de greves na década de 80. In: BOITO JR., Armando (Org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 93-137.
- RODRIGUES, Iram Jácome *et al.* Desenvolvimento e região: novas questões para pauta sindical? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 12, 2005, Belo Horizonte, *Anais...* Belo Horizonte: Fafich-UFMG, 2005. p. 2-31.
- RODRIGUES, Iram Jácome. *O novo sindicalismo vinte anos depois*. São Paulo: Vozes, 1999.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO JÚNIOR, Armando. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores na Grande São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- SCHÜRMAN, Betina. *Sindicalismo e democracia: os casos do Brasil e do Chile*. Brasília: Editora da UnB, 1998.
- SINDIELETRO. *Jornal Chave Geral*. Belo Horizonte. 1988, 2001, 2002, 2006.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora da UnB, 1999. 2v.